

Formação em Educação Infantil: 0 a 3 anos

Maria Helena Pelizon¹

Resumo

O presente artigo aborda questões relativas à Formação em Educação Infantil: 0 a 3 anos, a qual constitui um dos seis núcleos atuais que compõe o Programa “São Paulo pela Primeiríssima Infância”. São apresentados aqui a metodologia adotada e os conteúdos desenvolvidos na formação dos profissionais das Secretarias de Educação, de Saúde e de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo que participaram do Programa desde 2009 até o presente ano.

Palavras-chave: Educação Infantil; Formação Continuada; Ações Integradas

Introdução

A atenção e a qualidade dos cuidados e de educação destinadas aos bebês e às crianças pequenas em espaços coletivos decorrem das mudanças nas concepções de crianças, de infância e de educação que perpassam o século passado e chegam à atualidade com muitos avanços, mas ainda com desafios. Essas mudanças provocam o deslocamento do olhar sobre a criança, antes vista como objeto de tutela, para reconhecê-la sujeito de direitos na legislação em vigor no Brasil.

As definições e os princípios presentes na Constituição Federal de 1988 passam a orientar a elaboração das políticas públicas no Brasil nas décadas que se seguiram, a partir de instrumentos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999/2010). A Lei de Diretrizes e

Bases da Educação constitui um marco legal fundamental ao definir a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, impondo a necessidade de elaborar propostas pedagógicas de qualidade, garantindo as condições humanas, materiais e estruturais necessárias para a sua efetivação.

Nessa perspectiva as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999/2010) afirmam que as propostas pedagógicas devem respeitar e se orientar pelos princípios: éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; políticos garantindo os direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; e estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. A criança assume o centro do planejamento curricular demandando professoras e professores sensíveis e atentos às manifestações infantis, bem como condições estruturais e materiais adequadas para tornar as

¹ Maria Helena Pelizon (helenapelizon@gmail.com) é Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP e diretora de Escola de Educação Infantil aposentada da Rede de Educação do município de São Paulo/SP

instituições de educação infantil espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades individuais e coletivas, de valorização da diversidade, de desenvolvimento e aprendizagens, de experiências e de expressão por meio das diferentes linguagens.

*Conhecer as “nossas” crianças é decisivo para a revelação da sociedade, como um todo, nas suas contradições e complexidade. Mas, é também a condição necessária para a construção de políticas integradas para a infância, capazes de reforçar e garantir os direitos das crianças e a sua inserção plena na cidadania ativa.*¹¹

Documentos oficiais relevantes para o debate

Entre os documentos produzidos merecem destaque os *Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças* (1995/2009); os *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* v. I e II (2006) e os *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (2009), entre outros.

Os *Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças* trazem orientações relativas à organização e ao funcionamento interno das creches e sobre as práticas concretas adotadas no trabalho direto com bebês e crianças até 6 anos. Esse documento, apesar de não apresentar um detalhamento nem especificações técnicas, foi redigido numa linguagem acessível a todos que trabalham em creches, principalmente às educadoras e educadores, tornando-o um roteiro que

visa à garantia de um atendimento que respeite os direitos fundamentais das crianças.

Os *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* caracteriza-se como um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de educação infantil, por meio de um processo participativo e aberto a toda a comunidade. Esse documento busca traduzir e detalhar os *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* em indicadores operacionais, no sentido de oferecer às equipes de educadores e às comunidades atendidas pelas instituições de educação infantil um instrumento de apoio ao seu trabalho.

Compreendendo seus pontos fortes e fracos, a instituição de educação infantil pode intervir para melhorar sua qualidade, de acordo com suas condições, definindo suas prioridades e traçando um caminho a seguir na construção de um trabalho pedagógico e social significativo. O documento traz como dimensões de qualidade: o Planejamento institucional; Multiplicidade de experiências e linguagens; Interações; Promoção da saúde; Espaços, materiais e mobiliários; Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

Assim, a formação das professoras e demais profissionais da educação infantil é afirmada como uma das dimensões de qualidade dessa etapa da educação básica. É nessa perspectiva, de uma rede de atendimento integral e integrado às crianças de 0 a 3 anos e suas famílias, que a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal inicia em meados de 2009 o Programa Desenvolvimento Infantil envolvendo profissionais das secretarias da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social.

Em 2012 torna-se uma política pública da Secretaria Estadual de Saúde adotando o nome “São Paulo pela Primeiríssima Infância”. O

¹¹ SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto, Portugal: Edições ASA, 2004.

Programa integra atualmente seis núcleos temáticos e, dentre eles, a *Formação em Educação Infantil: 0 a 3 anos*.

A proposta de formação

Convidados a participar da equipe desde 2009 para elaborar uma proposta de formação em Educação Infantil nos pautamos, desde o início, nas legislações vigentes e no conceito de criança como um sujeito autônomo, livre, sensível, ativo, comunicativo, potente desde o seu nascimento. Um ser confiante em si mesmo e em suas próprias competências, capaz de pensar e elaborar estratégias na resolução de problemas e conflitos. Uma concepção de infância como um fenômeno social e histórico, que se constrói nas experiências e vivências nos diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, políticos, raciais, religiosos, étnicos e de gênero.

Nessa perspectiva, uma Educação Infantil que respeita cada criança em sua singularidade e especificidade, garantindo a cada uma viver plenamente sua infância. Busca na Sociologia da Infância e nas abordagens de Emmi Pikler e de Reggio Emilia referenciais teóricos para embasar as práticas pedagógicas que respeitam os direitos fundamentais das crianças.

A filosofia do trabalho de Emmi Pikler concretiza-se na organização de ambientes de boa qualidade, nas relações emocionais estáveis e tem, entre os seus princípios: o valor da atividade autônoma; uma relação afetiva privilegiada e a importância da mesma; a necessidade de ajudar a criança a tomar consciência de si mesma e do seu entorno; e a busca e manutenção de um bom estado de saúde física e de bem-estar corporal. Para Pikler, é somente com um cuidado empático, aquele onde o eu e o tu se entrelaçam, que se cumpre realmente o trabalho educativo com

bebês e as crianças bem pequenas nos Centros de Educação Infantil.

Na abordagem de Reggio Emilia, o caráter reflexivo da documentação pedagógica aliado à pedagogia da escuta vem romper com as práticas transmissivas e cristalizadas na educação de bebês e crianças pequenas consideradas, até então, seres passivos e destituídos de qualquer conhecimento e capacidades. A constatação de que as crianças constroem narrativas a partir das experiências, das brincadeiras e interações com outras crianças e adultos coloca em evidência a especificidade e a importância do papel do adulto na organização dos espaços, tempos, dos materiais e na valorização das linguagens expressivas.

A proposta de formação tem como objetivo geral atualizar e enriquecer os conhecimentos sobre o cuidado e educação de crianças de 0 a 3 anos. Nesse sentido, busca-se até hoje essa atualização incorporando-se novas legislações como a *Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil*, publicada em 2017.

A proposta tem uma carga horária total de 40 horas, sendo 16 horas (dois dias) de formação inicial e 24 horas de supervisão (três encontros de 8 horas). As supervisões têm o objetivo de realizar visitas às creches nos diferentes territórios e aprofundar conteúdos necessários para a melhoria da qualidade do atendimento às crianças e famílias.

Participam dos encontros profissionais das Secretarias de Educação, do Desenvolvimento Social e da Saúde.

Os conteúdos básicos desenvolvidos na formação inicial são: apresentação do Programa; reflexão sobre as concepções de criança, infância e educação infantil; reflexão sobre a forma como a criança pequena compreende e se relaciona com o mundo, assim como o papel do adulto na organização de ambientes que

favoreçam as interações e a brincadeira; importância da valorização das diferentes linguagens como formas de expressão, de exploração e compreensão do mundo; discussão sobre a importância da atenção pessoal e construção do vínculo afetivo entre as crianças e dessas com os adultos no processo de desenvolvimento; reflexão sobre a importância de um trabalho integrado entre as instituições de Educação infantil, as famílias/comunidade e os demais serviços; elaboração de um esboço de propostas de ações integradas de intervenção envolvendo os profissionais das diferentes secretarias dos municípios e estabelecimento de combinados para os encontros de supervisão.

Os conteúdos das supervisões são organizados e selecionados partindo das necessidades de cada município e com o objetivo de aprofundar as discussões sobre temas importantes. Alguns são imprescindíveis a todos eles como a reflexão sobre a relação escola/ família /comunidade. Outros conteúdos que são trabalhados envolvem a organização dos ambientes promotores de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, assim como a organização das rotinas diárias. É necessário todo município participante realizar reedições da Formação Inicial para os demais profissionais que não puderam participar dos encontros. Além disso, no último encontro de supervisão é solicitado aos municípios trazerem propostas integradas de intervenção para compor o Plano de Ação do Município.

A metodologia tem como foco o processo de reflexão/ação/reflexão sobre a prática cotidiana das educadoras e dos educadores no sentido de ampliar e qualificar as propostas e vivências organizadas *para* e *com* as crianças, visando a garantir o protagonismo dos bebês e crianças pequenas nas unidades de educação infantil.

Resultados

Desde seu início em 2009 até o final do ano de 2018 o programa foi implementado em 41 municípios do Estado. As avaliações dos participantes foram sempre positivas, tanto em relação ao Programa, quanto ao desenvolvimento dessa temática. Os municípios têm continuado o atendimento integral e integrado das crianças e famílias e muitas ações bem-sucedidas têm-se consolidado e estão presentes em todos os municípios como política pública como é o caso da Semana do Bebê. Atividades têm sido desenvolvidas nas unidades escolares envolvendo palestras e outras ações e atendimentos às crianças e famílias. Nesse sentido, podemos afirmar que o Programa tem cumprido significativamente suas metas.

Referências

- Barbosa, MC. Especificidades da ação pedagógica com os bebês. I Seminário Nacional de Currículo da Educação Básica. Belo Horizonte- MG, 2010 (CD).
- Campos, MM, Rosemberg, F. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Básica, 2009.
- Falk J. (org.). Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy. Araraquara: Junqueira e Marin Editores, 2004.
- Ministério da Educação e Cultura (BR). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica nº 20. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2009.
- Ministério da Educação e Cultura (BR). Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, 2009.
- Ministério da Educação e Cultura (BR). Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil v I e II. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, 2006.
- Sarmiento, MJ; Cerisara, AB. Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto, Portugal: Edições ASA, 2004.